

PREGÃO ELETRÔNICO

05/2026

CONTRATANTE (UASG)

Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (389465)

OBJETO

Plano de Assistência à Saúde Médica e Plano de Assistência Odontológica.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.794.052,63 (um milhão, setecentos e noventa e quatro mil, cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/06/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO	15
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	19
8. DOS RECURSOS	25
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	26
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	30
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	30

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (UASG 389465)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

(Processo Administrativo nº 088/2026)

Torna-se público que o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, por meio do setor de Licitações, sediado Av. Princesa Isabel nº 921, Porto Alegre/RS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

Contratação de prestação de serviço de empresa especializada para prestação de serviço de serviços de Plano de Assistência à Saúde Médica e Plano de Assistência Odontológica, na modalidade coletivo empresarial, para os empregados do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul – CREMERS, seus dependentes e comissionados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Para esta licitação, terá tratamento favorecido **para a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.15. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao



tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



4.1.1. **Valor Unitário e Valor total do item;**

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

4.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

4.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,5% (meio por cento)*.



5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

5.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

5.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.

5.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



5.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.24.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.24.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de



sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNOJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício aplicado.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta



vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.19. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

6.19.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

6.19.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial; e

6.19.3. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, **02 (duas) horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação.

7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Exigências de habilitação

7.21. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.22. Habilitação jurídica

7.22.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.22.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.22.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.22.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.22.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.22.1.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



7.22.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.22.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.22.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.22.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.22.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.22.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.22.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.22.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.22.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.22.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.22.3. Qualificação Econômico-Financeira

7.22.3.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

7.22.3.2. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.



7.22.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.22.3.4. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

7.22.3.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.23. Qualificação Técnico-Operacional

7.23.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.23.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

7.23.3. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

7.23.4. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

7.23.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.23.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

7.23.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

7.23.8. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

7.24. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.



8. Como condição prévia e indispensável à assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá comprovar o pleno atendimento de rede credenciada e especialidades estabelecidos no TR e seus anexos.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.5. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.7. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.8. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.9. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).



11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **03 (três) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7. e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2. e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes e-mail: licit01@cremers.org.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

13.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Dr. Régis Fernando Angnes
Presidente



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

INSTRUÇÃO PROCESSUAL PARA CONTRATAÇÃO DE PLANO DE SAÚDE E ODONTOLÓGICO

Adequação à Lei nº 14.133/2021

Este documento consolida os elementos necessários para a instrução de processo licitatório visando a contratação de serviços de assistência à saúde médica e odontológica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Porto Alegre, 3/5/2026

Sumário Geral

1. DOCUMENTO 1 — TERMO DE REFERÊNCIA
 - 1.1. Capa do Termo de Referência
 - 1.2. Sumário do Termo de Referência
 - 1.3. Conteúdo do Termo de Referência
2. DOCUMENTO 2 — ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)
 - 2.1. Capa do Estudo Técnico Preliminar
 - 2.2. Sumário do Estudo Técnico Preliminar
 - 2.3. Conteúdo do Estudo Técnico Preliminar
3. DOCUMENTO 3 — MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO (MRCA)
 - 3.1. Capa da Matriz de Riscos da Contratação
 - 3.2. Sumário da Matriz de Riscos da Contratação
 - 3.3. Conteúdo da Matriz de Riscos da Contratação
4. DOCUMENTO 4 — CHECKLIST DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
 - 4.1. Capa do Checklist de Fiscalização do Contrato
 - 4.2. Sumário do Checklist de Fiscalização do Contrato
 - 4.3. Conteúdo do Checklist de Fiscalização do Contrato

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de Plano de Assistência à Saúde Médica e Plano de Assistência Odontológica

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **Plano de Assistência à Saúde Médica e Plano de Assistência Odontológica**, na modalidade coletivo empresarial, para os empregados do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul – CREMERS, seus dependentes e comissionados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento e seus anexos.

Item	Descrição	Qtd	Valor Mensal	Valor Total
01	Plano de Assistência à Saúde Médica	12 meses	R\$ 144.951,68	R\$ 1.739.420,16
02	Plano de Assistência Odontológica	12 meses	R\$ 4.552,71	R\$ 54.632,47
Valor total R\$ 1.794.052,63 (um milhão, setecentos e noventa e quatro mil, cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos)				

1.2. A contratação visa assegurar a saúde e o bem-estar dos beneficiários, contribuindo para a qualidade de vida e a produtividade no ambiente de trabalho.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação dos serviços de assistência à saúde médica e odontológica é essencial para o CREMERS, representando um benefício social fundamental para seus empregados e comissionados, conforme previsto em sua política de gestão de pessoas. A oferta de planos de saúde e odontológico contribui para a atração e retenção de talentos, redução do absenteísmo e melhoria do clima organizacional.

2.2. A necessidade da contratação foi devidamente demonstrada no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, anexo a este processo, que analisou as alternativas disponíveis, dimensionou a demanda e justificou a solução escolhida.

2.3. A presente contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, na modalidade **menor preço**, por se tratar de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado. A disputa por menor preço, aliada a rigorosos requisitos técnicos e de qualidade, garante a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

2.4. **Matriz de Riscos da Contratação (MRCA)**, também anexa a este processo, identificou, analisou e estabeleceu medidas de tratamento para os riscos inerentes a esta contratação, garantindo maior segurança e previsibilidade na execução contratual.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A presente contratação rege-se, em especial, pela **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), pela **Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998** (Lei dos Planos e Seguros de Saúde), pela **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018** (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), e demais normas pertinentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em especial a Resolução Normativa - RN nº 565/2022, e legislação correlata.

3.2. As referências a dispositivos legais e regulamentares devem ser interpretadas em sua versão mais atualizada, incluindo eventuais alterações ou substituições.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. **Plano de Assistência à Saúde Médica**

4.1.1. **Beneficiários:** O plano deverá atender a um quantitativo estimado de **171 (cento e setenta e um) beneficiários, dos quais incluem funcionários e seus dependentes** do CREMERS, incluindo servidores efetivos e comissionados.

4.1.1. A distribuição dos beneficiários no plano de saúde médico em vigência atualmente, por faixa etária, é o seguinte:

Faixa Etária	Quantidade de Beneficiários
De 0 a 18 anos	41
De 19 a 23 anos	02
De 24 a 28 anos	06
De 29 a 33 anos	11
De 34 a 38 anos	23
De 39 a 43 anos	27
De 44 a 48 anos	21
De 49 a 53 anos	20
De 54 a 58 anos	10
59 anos ou mais	10
Total Geral 171	

4.1.2. **Dependentes:** Será permitida a inclusão de dependentes legais dos empregados, conforme legislação da ANS e regras da operadora, sendo o custo integral da mensalidade dos dependentes de responsabilidade exclusiva do titular, sem qualquer ônus para o CREMERS.

4.1.3. **Abrangência Geográfica:** O plano deverá possuir **abrangência nacional** para todos os serviços, incluindo atendimento de urgência e emergência, consultas, exames e internações.

4.1.4. **Segmentação Assistencial:** O plano deverá ser do tipo **Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia**, garantindo cobertura para consultas, exames, terapias, internações clínicas e cirúrgicas, partos e demais procedimentos previstos na legislação vigente.

4.1.5. **Acomodação:** A acomodação hospitalar deverá ser em **enfermaria**.

4.1.6. **Rol de Procedimentos:** O plano deverá garantir a cobertura integral do **Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)**, vigente na data da contratação, e de todas as suas atualizações e inclusões posteriores, sem qualquer custo adicional para o CREMERS ou seus beneficiários.

4.1.7. **Carências:** As carências para os beneficiários titulares e seus dependentes deverão ser as seguintes:

a) Não haverá qualquer tipo de carência para os beneficiários titulares e dependentes inscritos na data de assinatura do contrato decorrente da presente licitação.

b) Novos beneficiários inscritos cumprirão carência de:

-**24 (vinte e quatro) horas:** Urgência e emergência.

-**30 (trinta) dias:** Consultas e exames simples.

-**180 (cento e oitenta) dias:** Internações, cirurgias, exames de alta complexidade e demais procedimentos.

-**300 (trezentos) dias:** Parto a termo.

-**24 (vinte e quatro) meses:** Doenças e lesões preexistentes (DLP).

4.1.8. **Coparticipação:**

-**Consultas Médicas:** Será admitida coparticipação de até **R\$ 19,00 (dezenove reais)** por consulta.

-**Exames e Procedimentos:** Não haverá coparticipação para exames e procedimentos ambulatoriais, hospitalares e internações.

-**Internações:** Não haverá coparticipação para internações.

4.1.9. Rede Credenciada: A operadora deverá apresentar uma rede credenciada ampla e qualificada, com capacidade de atendimento em todas as especialidades médicas e odontológicas, abrangendo hospitais, clínicas, laboratórios e profissionais de saúde.

-Mínimo de Hospitais em Porto Alegre/RS:A rede credenciada em Porto Alegre/RS deverá incluir, no mínimo, os seguintes hospitais ou equivalentes de mesma ou superior qualidade: *Hospital Moinhos de Vento, Hospital Mãe de Deus, Hospital Ernesto Dornelles, Hospital Divina Providência, Hospital São Lucas da PUCRS, Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (complexo).*

-Mínimo de Hospitais em Capitais Nacionais: A rede credenciada deverá incluir, no mínimo, 03 (três) hospitais de referência em cada capital dos estados brasileiros, com exceção de Porto Alegre/RS, onde se aplicam os hospitais listados acima. - A rede credenciada deverá ser compatível com a abrangência nacional exigida e com o perfil dos beneficiários.

O licitante deve possuir no mínimo 03 (três) médicos credenciados em cada uma das especialidades do ANEXO III, no município de Porto Alegre/RS.

- Mínimo de médicos credenciados por Município: O licitante deve possuir, no mínimo 03 (três) médicos credenciados, devidamente habilitados, em cada um dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

- Mínimo de médicos credenciados por Delegacia Seccional: O licitante deve possuir no mínimo 03 (três) médicos credenciados em cada uma das seguintes especialidades: Clínica Médica, Ginecologia e Cardiologia nos municípios onde o CREMERS possui Delegacia Seccional. Nas mesmas cidades deverá haver convênio hospitalar e ambulatorial pleno.

- Mínimo de médicos credenciados em Porto Alegre/RS: O licitante deve possuir no mínimo 03 (três) médicos credenciados em cada uma das especialidades do ANEXO III, com atuação no município de Porto Alegre/RS, sede do CREMERS.

4.1.10. Serviços Adicionais (Não Pontuáveis, mas Desejáveis):

-Telemedicina: Oferta de serviços de teleconsultas e tele orientação médica.

-Programas de Saúde Preventiva: Programas de promoção da saúde e prevenção de doenças (e: controle de diabetes, hipertensão, saúde mental, tabagismo).

-Aplicativos e Plataformas Digitais: Ferramentas para agendamento, busca de rede, acesso a resultados de exames e informações de saúde.

-Acessibilidade: Recursos que garantam a acessibilidade para beneficiários com deficiência na utilização dos serviços e plataformas digitais.

4.1.11. Composição por Faixa Etária (Referência para Proposta):A proposta de preços deverá apresentar a composição por faixa etária, considerando a seguinte distribuição de beneficiários (referência do contrato anterior):

Nota: A operadora deverá apresentar a tabela de preços por faixa etária para o plano médico e odontológico, considerando o total de 142 vidas, e a composição exata será definida no momento da adesão dos beneficiários.

4.2. Plano de Assistência Odontológica

4.2.1. Adesão: A adesão ao plano odontológico será **voluntária** por parte dos empregados e comissionados do CREMERS.

4.2.2. Abrangência Geográfica: O plano deverá possuir **abrangência nacional**.

4.2.3. Cobertura: O plano deverá cobrir todos os procedimentos previstos no Rol de Procedimentos Odontológicos da ANS, incluindo, mas não se limitando a:

- Consultas e diagnósticos.
- Radiografias (periapicais, panorâmicas, etc.).
- Prevenção em saúde bucal (profilaxia, aplicação de flúor).

- Restaurações (amálgama e resina).
- Tratamento de canal (endodontia).
- Extrações (exodontia).
- Periodontia (tratamento de gengiva).
- Cirurgias orais menores.
- Próteses (conforme Rol da ANS).

4.2.4. **Carências:** as carências para o plano odontológico deverão ser as seguintes:

a) quando o número de inscritos, na data da contratação, for igual ou superior a 30 beneficiários, não será exigido o cumprimento de prazos de carência, desde que o beneficiário formalize o pedido de ingresso em até 30 dias da celebração do contrato coletivo ou de sua vinculação à pessoa jurídica CONTRATANTE.

b) Novos beneficiários inscritos cumprirão carência de:

-**24 (vinte e quatro) horas:** Urgência e emergência.

-**30 (trinta) dias:** Consultas, diagnósticos, radiografias, prevenção e restaurações.

-**180 (cento e oitenta) dias:** Tratamento de canal, periodontia, cirurgias e próteses.

4.2.5. **Coparticipação:** Será admitida coparticipação de até **R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)** por procedimento odontológico.

4.2.6. **Rede Credenciada:** A operadora deverá apresentar uma rede credenciada ampla e qualificada de cirurgiões-dentistas e clínicas odontológicas, compatível com a abrangência nacional exigida.

4.3. Disposições Comuns aos Planos

4.3.1. **Central de Atendimento:** A operadora deverá disponibilizar central de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para informações, autorizações e emergências, com atendimento humano e digital (aplicativo, chat, etc.).

4.3.2. **Portal do Beneficiário:** A operadora deverá disponibilizar portal ou aplicativo para os beneficiários, com acesso a:

- Busca de rede credenciada.
- Extrato de utilização.
- Solicitação de reembolso.
- Carteirinha digital.
- Informações sobre o plano.

4.3.3. **Relatórios:** A operadora deverá fornecer relatórios periódicos de utilização, sinistralidade (se aplicável), e demais informações gerenciais solicitadas pelo CREMERS, com periodicidade mínima trimestral.

4.3.4. **Implantação:** O prazo máximo para implantação dos planos (médico e odontológico) e disponibilização dos serviços aos beneficiários será de **30 (trinta) dias** corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

4.3.5. O licitante deve possuir, no mínimo 3 (três) dentistas credenciados, devidamente habilitados, em cada um dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

5. ESTIMATIVA DE PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O valor estimado global anual para a contratação dos serviços de assistência à saúde médica e odontológica é de **R\$ 1.104.000,00 (um milhão, cento e quatro mil reais)**.

5.2. A dotação orçamentária para a presente despesa está prevista no orçamento do CREMERS

para o exercício de 2026, sob a classificação [CÓDIGO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - A PREENCHER].

5.3. A estimativa de preço foi obtida por meio de pesquisa de mercado, considerando os valores praticados por outras operadoras de planos de saúde e odontológicos para objetos similares, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

6. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. As condições de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnico-profissional serão detalhadas no Edital, em conformidade com os artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Além das exigências gerais, a licitante deverá apresentar:

- Registro e regularidade de funcionamento junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- Comprovação de experiência na prestação de serviços de planos de saúde e odontológicos coletivos empresariais, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- Declaração de que possui rede credenciada compatível com a abrangência nacional e os requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.

7. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. A proposta deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e do Edital, sob pena de desclassificação.

7.2. A proposta de preços deverá ser apresentada por faixa etária para o plano médico e odontológico, conforme a composição de vidas indicada no item 4.1.11, e o valor total mensal não poderá exceder o valor máximo admitido pelo CREMERS.

7.3. A operadora deverá apresentar a documentação comprobatória da rede credenciada, incluindo a lista de hospitais, clínicas e laboratórios, que será avaliada quanto à sua adequação aos requisitos de abrangência e qualidade.

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento será o de **menor preço global mensal**, considerando o somatório dos valores propostos para o plano de assistência à saúde médica e o plano de assistência odontológica, para o quantitativo total de beneficiários.

8.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, priorizando-se, sucessivamente:

I - bens e serviços desenvolvidos e produzidos no País;

II - bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

III - bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem a prática de responsabilidade social e ambiental.

8.3. Será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

9. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. **Medição e Pagamento:**

- O pagamento será efetuado mensalmente, por meio de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Gestor do Contrato.
- O valor a ser pago corresponderá ao número de beneficiários ativos no mês de referência, conforme base de vidas validada pelo CREMERS.
- A inclusão de dependentes com custo integral do titular não gerará ônus para o CREMERS e será controlada pela operadora, que deverá apresentar relatório detalhado.
- Eventuais glosas por descumprimento de Níveis de Serviço (Sal) serão aplicadas sobre o valor mensal devido.

9.2. Níveis de Serviço (Sal) e Indicadores de Desempenho (KPIs): A CONTRATADA deverá cumprir os seguintes Níveis de Serviço, sujeitos a monitoramento e aplicação de glosas/multas em caso de descumprimento:

-Prazo de Autorização de Procedimentos: Máximo de 3 (três) dias úteis para procedimentos eletivos e 24 (vinte e quatro) horas para urgência/emergência.

-Tempo de Atendimento Calil Center: Tempo médio de espera de até 60 (sessenta) segundos.

-Prazo de Reembolso: Máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da solicitação completa.

-Disponibilidade da Rede Credenciada: Manutenção da rede credenciada mínima e garantia de acesso aos serviços.

-Prazo de Implantação: Conforme item 4.3.4.

-Atendimento a Reclamações (Nis/Ouvidoria): Resposta e solução em até 5 (cinco) dias úteis.

-Disponibilidade de Aplicativos/Portais: Mínimo de 98% de disponibilidade mensal.

9.3. Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021. O disposto não impede a utilização da rede credenciada pela operadora, que constitui modelo operacional próprio do setor de saúde suplementar.

9.4. Alteração da Rede Credenciada: Qualquer alteração na rede credenciada (inclusão ou exclusão de prestadores) deverá ser comunicada ao CREMERS com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e deverá ser mantida a qualidade e abrangência da rede, conforme exigências deste Termo de Referência.

10. MEDIDAS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

10.1. A CONTRATADA, na condição de operadora de plano de saúde, tratará dados pessoais, incluindo dados sensíveis de saúde, dos beneficiários do CREMERS. Assim, deverá observar estritamente a **lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD)** e demais regulamentações pertinentes.

10.2. São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas em lei:

-Finalidade: Utilizar os dados pessoais exclusivamente para a execução do objeto contratual e para as finalidades legítimas e específicas da prestação de serviços de saúde.

-Segurança: Adotar medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

-Confidencialidade: Garantir que todo o pessoal envolvido no tratamento de dados pessoais esteja sujeito a obrigações de confidencialidade.

-Encarregado (DPO): Nomear um Encarregado de Proteção de Dados (DPO) e informar seus dados de contato ao CREMERS.

-Incidentes de Segurança: Comunicar ao CREMERS, em até **48 (quarenta e oito) horas** partir da ciência, qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados, fornecendo todas as informações necessárias para a avaliação do incidente.

-Direitos dos Titulares: Prestar apoio ao CREMERS para o cumprimento das obrigações relativas ao exercício dos direitos dos titulares dos dados.

-Retenção e Descarte: Manter os dados pessoais apenas pelo tempo necessário para cumprir as finalidades do contrato ou obrigações legais, e descartá-los de forma segura após o término do tratamento, salvo se houver exigência legal de retenção.

-Auditoria: Permitir e colaborar com auditorias realizadas pelo CREMERS ou por terceiros designados, para verificar a conformidade com as obrigações de proteção de dados.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O CREMERS designará, previamente à execução contratual, o **gestor do Contrato** os **Fiscais Técnico e Administrativo**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observada a qualificação técnica e disponibilidade de tempo.

11.2. As atribuições do Gestor e dos Fiscais serão detalhadas em portaria específica, mas incluirão, sem prejuízo de outras:

-Gestor do Contrato: Coordenar as atividades de fiscalização, acompanhar a execução contratual, dirimir dúvidas, propor alterações e aplicar sanções.

-Fiscal Técnico: Acompanhar a qualidade dos serviços prestados, verificar o cumprimento das especificações técnicas dos planos, da rede credenciada e dos Sal.

-Fiscal Administrativo: Acompanhar os aspectos administrativos e financeiros do contrato, como medição, faturamento, pagamentos, controle de beneficiários e documentação.

11.3. A fiscalização será realizada de forma contínua, com base em **checklists de verificação** (anexo a este processo), relatórios da CONTRATADA, pesquisas de satisfação e acompanhamento das reclamações dos beneficiários.

12. MECANISMOS DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo, observadas as formalidades legais.

12.2. É admissível a alteração subjetiva do contrato nas hipóteses de fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, nos termos do art. 124, § 6º, da Lei nº 14.133/2021, desde que observados os requisitos de habilitação e haja anuência expressa da Administração.

12.3. A vigência do contrato será por **prazo indeterminado**, por se tratar de serviço contínuo, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021. O contrato poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, e excepcionalmente por até 120 (cento e vinte) meses, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais.

13. REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. O preço contratual será reajustado anualmente, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, conforme as regras aplicáveis aos planos coletivos empresariais da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em especial a Resolução Normativa - RN nº 565/2022 e suas atualizações.

13.2. O reajuste deverá ser justificado pela CONTRATADA mediante apresentação de nota técnica atuarial e relatório detalhado, com transparência na composição dos custos e índices aplicados, para análise e aprovação do CREMERS.

13.3. Não se aplica a repactuação prevista no art. 135 da Lei nº 14.133/2021, por não se tratar de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra.

13.4. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser solicitado pelas partes nas hipóteses previstas no art. 131 da Lei nº 14.133/2021, em caso de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem substancialmente a equação econômico-financeira inicial do contrato.

14. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

14.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução contratual no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária.

14.3. A garantia deverá ser apresentada em até **10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, e sua validade deverá abranger todo o período de vigência contratual.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

I - advertência;

II - multa, na forma e nos limites previstos no Edital e no contrato;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

15.2. As multas serão aplicadas conforme tabela e critérios definidos no Edital, podendo ser compensatórias ou moratórias, e seus valores serão descontados dos pagamentos devidos ou cobrados judicialmente.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O CREMERS promoverá a publicidade dos atos e informações relativas a esta contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 54 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração do CREMERS, com base na legislação vigente e nos princípios que regem a Administração Pública.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Contratação de Plano de Assistência à Saúde Médica e Plano de Assistência Odontológica

Porto Alegre, 3/5/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa fundamentar a contratação de serviços de Plano de Assistência à Saúde Médica e Plano de Assistência Odontológica para os empregados do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul – CREMERS, seus dependentes e comissionados, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

1.2. O objetivo é analisar a necessidade, os requisitos, as soluções de mercado, os custos e os riscos envolvidos, a fim de subsidiar a elaboração do Termo de Referência e a instrução do processo licitatório.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A necessidade de contratação decorre da política de gestão de pessoas do CREMERS, que visa oferecer benefícios sociais essenciais para a saúde e bem-estar de seus empregados e comissionados. A manutenção de um plano de saúde e odontológico é um fator crítico para:

-Atração e Retenção de Talentos: Contribui para tornar o CREMERS um empregador mais competitivo no mercado.

-Qualidade de Vida e Produtividade: Reduz o absenteísmo por motivos de saúde e melhora a disposição dos colaboradores.

-Segurança e Bem-estar: Oferece acesso a serviços de saúde de qualidade, promovendo a prevenção e o tratamento de doenças.

-Cumprimento de Acordos: Atende a expectativas e, por vezes, a acordos coletivos de trabalho.

2.2. Atualmente, o CREMERS conta com um quantitativo estimado de **142 (cento e quarenta e dois) empregados** (servidores e comissionados) que serão beneficiários do plano médico. O plano odontológico terá adesão voluntária.

2.3. A ausência de um plano de assistência à saúde e odontológica impactaria negativamente a satisfação e a segurança dos empregados, podendo gerar custos indiretos com afastamentos e queda de produtividade.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. **Requisitos Essenciais (Obrigatórios):**

-Abrangência Nacional: Para ambos os planos (médico e odontológico).

- Cobertura Integral do Rol da Aspara** o plano médico (Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia) e odontológico.
- Carências Reduzidas/Compradas:** Conforme regras da ANS para planos coletivos e TR.
- Rede Credenciada Qualificada:** Incluindo hospitais de referência em Porto Alegre/RS (Moinhos de Vento, Mãe de Deus, Ernesto Dornelles, Divina Providência, São Lucas da PUCRS, Santa Casa de Misericórdia) e no mínimo 03 (três) hospitais de referência em cada capital dos estados brasileiros.
- Coparticipação Controlada:** Limites de R\$ 19,00 para consultas médicas e R\$ 25,00 para procedimentos odontológicos.
- Central de Atendimento 24h:** Para beneficiários.
- Portal/Aplicativo do Beneficiário:** Com funcionalidades essenciais (busca de rede, extrato, reembolso).
- Relatórios Gerenciais:** Periódicos de utilização e sinistralidade.
- Conformidade com LGPD:** Medidas de segurança e proteção de dados.
- Registro e Regularidade na Ansa** operadora.

3.2. **Requisitos Desejáveis (Não Pontuáveis, mas valorizados):**- Oferta de serviços de **Telemedicina**. - Disponibilização de **Programas de Saúde Preventiva**. - Ferramentas digitais avançadas e **acessibilidade** para beneficiários com deficiência.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DE SOLUÇÕES

4.1. Soluções Identificadas:

- Contratação Direta de Operadora de Plano de Saúde:** Modelo tradicional, onde o CREMERS contrata diretamente uma operadora para gerenciar os planos.
- Autogestão:** Criação de uma estrutura interna para gerenciar os planos. *Descartada pela complexidade, custos e expertise necessária.*
- Adesão a Ata de Registro de Preços (ARP) de Outro Órgão:** Possibilidade de aderir a uma ARP existente de outro órgão público. *Descartada por não haver ARP com objeto e condições totalmente aderentes às necessidades específicas do CREMERS no momento da pesquisa.*

4.2. **Justificativa da Solução Escolhida:**- A contratação direta de operadora de plano de saúde, por meio de processo licitatório, é a solução mais adequada e eficiente para o CREMERS. Permite a seleção da proposta mais vantajosa, com a garantia de cumprimento dos requisitos técnicos e legais, e transfere a gestão operacional dos planos para uma empresa especializada.

- A pesquisa de mercado foi realizada por meio de consulta a operadoras de planos de saúde e odontológicos, bem como análise de contratos similares celebrados por outros órgãos públicos. Os valores obtidos subsidiaram a estimativa de despesas.

5. ESTIMATIVA DE DESPESAS

5.1. A estimativa de despesas para a contratação dos planos de assistência à saúde médica e odontológica foi baseada em pesquisa de mercado e valores de contratos similares, resultando em um valor global anual estimado de **\$ 1.794.052,63**.

5.2. A composição do valor por faixa etária será definida na proposta da licitante.

5.3. **Histórico de Sinistralidade:** Não há histórico de sinistralidade disponível para análise neste momento. Recomenda-se que a operadora vencedora forneça relatórios de sinistralidade para futuras análises e reajustes.

5.4. **Adesão ao Plano Odontológico:** A taxa de adesão ao plano odontológico será [A PREENCHER - Estimativa de adesão voluntária], e o custo será integralmente arcado pelos titulares.

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

6.1. A solução será parcelada em dois itens distintos: **Plano de Assistência à Saúde Médica** e **Plano de Assistência Odontológica**.

6.2. **Justificativa do Parcelamento:** Embora ambos sejam serviços de assistência à saúde, são mercados distintos, com operadoras especializadas e regulamentações específicas (ANS). O parcelamento permite que o CREMERS contrate a melhor solução para cada tipo de plano, otimizando a competitividade e a qualidade dos serviços. A contratação conjunta poderia restringir a participação de empresas que são fortes em um segmento, mas não no outro.

7. JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO TIPO DE LICITAÇÃO

7.1. A modalidade de licitação escolhida é o **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento de **menor preço global mensal**.

7.2. **Justificativa:** os serviços de assistência à saúde médica e odontológica, com as especificações detalhadas no Termo de Referência, são considerados **serviços comuns**, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado. A utilização do Pregão Eletrônico, conforme art. 29 da Lei nº 14.133/2021, é a modalidade mais adequada para a contratação de bens e serviços comuns, promovendo a ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7.3. A garantia da "cobertura" e qualidade será assegurada por meio de requisitos técnicos obrigatórios (Gates), que deverão ser comprovados pelas licitantes, eliminando propostas que não atendam aos padrões mínimos exigidos.

8. GERENCIAMENTO DE RISCOS

8.1. Os riscos inerentes à contratação e execução dos serviços de planos de saúde e odontológicos foram identificados, analisados e tratados na **Matriz de Riscos da Contratação (MRCA)**, anexa a este processo.

8.2. A MRCA detalha os eventos de risco, suas causas, probabilidades, impactos, detentores do risco, controles preventivos e planos de resposta, garantindo uma gestão proativa e mitigação de potenciais problemas.

9. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

9.1. O CREMERS deverá designar formalmente o Gestor e os Fiscais do Contrato, com suas respectivas atribuições, antes do início da execução contratual, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Será necessário realizar a comunicação interna aos empregados sobre o novo contrato, os procedimentos de adesão, as carências e a rede credenciada.

9.3. A área de Tecnologia da Informação do CREMERS deverá garantir a infraestrutura necessária para a comunicação e troca de informações com a operadora, especialmente no que tange à base de vidas e relatórios.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa estimada de R\$ **1.794.052,63** anuais está em conformidade com a dotação orçamentária do CREMERS para o exercício de 2026,.

10.2. A contratação será realizada dentro dos limites orçamentários e financeiros disponíveis, com previsão de recursos para as prorrogações contratuais, se houver.

11. BENEFÍCIOS ESPERADOS DA CONTRATAÇÃO

11.1. Os principais benefícios esperados com a contratação são:

-**Melhoria da Saúde e Bem-estar:** Acesso facilitado a serviços de saúde de qualidade para os empregados e comissionados.

-**Redução do Absenteísmo:** Diminuição de faltas ao trabalho por motivos de saúde.

-Aumento da Produtividade: Empregados mais saudáveis e satisfeitos tendem a ser mais produtivos.

-Atração e Retenção de Talentos: Fortalecimento da imagem do CREMERS como bom empregador.

-Conformidade Legal: Atendimento às exigências da Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentações.

-Otimização de Custos: Obtenção da proposta mais vantajosa por meio de processo licitatório competitivo.

12. CONCLUSÃO

12.1. Este Estudo Técnico Preliminar demonstra a viabilidade técnica e econômica da contratação de Plano de Assistência à Saúde Médica e Plano de Assistência Odontológica, justificando a necessidade, os requisitos, a solução escolhida e a modalidade de licitação.

12.2. Recomenda-se a continuidade do processo licitatório, com a elaboração do Edital e Termo de Referência, com base nas informações e diretrizes aqui estabelecidas.

MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO (MRCA)

Contratação de Plano de Assistência à Saúde Médica e Plano de Assistência Odontológica

Porto Alegre, 3/5/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. A presente Matriz de Riscos da Contratação (MRCA) foi elaborada em conformidade com o art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de identificar, analisar e propor medidas de tratamento para os riscos inerentes ao processo de contratação e execução dos serviços de Plano de Assistência à Saúde Médica e Plano de Assistência Odontológica para o CREMERS.

2. OBJETIVO

2.1. O objetivo desta MRCA é garantir uma gestão proativa dos riscos, minimizando a probabilidade de ocorrência de eventos adversos e seus impactos, assegurando a obtenção dos resultados esperados com a contratação e a proteção dos interesses da Administração Pública.

3. METODOLOGIA

3.1. A metodologia utilizada para a elaboração desta MRCA compreendeu as seguintes etapas:

-Identificação de Riscos: Levantamento de potenciais eventos que podem afetar a contratação e a execução do objeto.

-Análise de Riscos: Avaliação da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.

-Classificação de Riscos: Atribuição de níveis de probabilidade (Baixa, Média, Alta) e impacto (Baixo, Médio, Alto).

-Definição de Detentor do Risco: Atribuição da responsabilidade primária pelo risco (Contratante, Contratada, Compartilhado).

-Proposição de Controles Preventivos: Medidas para evitar a ocorrência do risco.

-Proposição de Planos de Resposta: Ações a serem tomadas caso o risco se materialize.

-Definição de Gatilhos e Evidências: Indicadores para monitoramento e comprovação da efetividade dos controles.

-Vinculação a Cláusulas/Seções do TR: Indicação de como o risco é tratado no Termo de Referência.

4. MATRIZ DE RISCOS DETALHADA

Apresenta-se a seguir a Matriz de Riscos da Contratação, com a identificação e tratamento dos principais riscos:

Legenda:

- Probabilidade: B (Baixa), M (Média), A (Alta)
- Impacto: B (Baixo), M (Médio), A (Alto)
- Detentor do Risco: CONTRATANTE (CREMERS), CONTRATADA (Operadora), COMPARTILHADO

Matriz de Riscos da Contratação (MRCA)

5. Evento de Risco: Proposta com preço inexequível ou excessivamente elevado. Causa: Falta de conhecimento do mercado; erro de cálculo; conluio.
6. Probabilidade: M
7. Impacto: A
8. Detentor do Risco: CONTRATANTE
9. Controles Preventivos: Pesquisa de mercado robusta (ETP); valor estimado; critérios de aceitabilidade de preços; análise crítica das propostas.
10. Plano de Resposta: Desclassificação da proposta; negociação; revogação/anulação da licitação.
11. Gatilho: Preço muito abaixo ou acima do estimado.
12. Evidência Documental: Parecer técnico/econômico.
13. Cláusula/Seção do TR: 5. Estimativa de Preço; 7. Critérios de Aceitabilidade.
14. Evento de Risco: Rede credenciada insuficiente ou de baixa qualidade. Causa: Falha na fiscalização da ANS; operadora não cumpre o prometido; descredenciamento de prestadores.
15. Probabilidade: M
16. Impacto: A
17. Detentor do Risco: CONTRATADA
18. Controles Preventivos: Exigência de rede mínima no TR; comprovação de rede na habilitação; SLAs de disponibilidade de rede.
19. Plano de Resposta: Notificação; multa; rescisão contratual; acionamento da ANS.
20. Gatilho: Reclamações de beneficiários; auditoria de rede.
21. Evidência Documental: Relatórios de fiscalização; NIPs; pesquisas de satisfação.
22. Cláusula/Seção do TR: 4.1.9. Rede Credenciada; 9.2. Níveis de Serviço.
23. Evento de Risco: Não cumprimento do Rol de Procedimentos da ANS. Causa: Desconhecimento da operadora; má-fé; falha nos sistemas.
24. Probabilidade: B
25. Impacto: A
26. Detentor do Risco: CONTRATADA
27. Controles Preventivos: Cláusula contratual de cobertura integral do Rol e suas atualizações.
28. Plano de Resposta: Notificação; multa; acionamento da ANS; rescisão.
29. Gatilho: Reclamações de beneficiários; NIPs.
30. Evidência Documental: NIPs; relatórios de fiscalização.

31. Cláusula/Seção do TR: 4.1.6. Rol de Procedimentos.
32. Evento de Risco: Reajuste anual abusivo ou não justificado. Causa: Aumento da sinistralidade; custos operacionais da operadora; falta de transparência.
33. Probabilidade: A
34. Impacto: A
35. Detentor do Risco: COMPARTILHADO
36. Controles Preventivos: Exigência de nota técnica atuarial e relatório detalhado; análise crítica do CREMERS; regras da ANS (RN 565/2022).
37. Plano de Resposta: Negociação; recusa do reajuste; acionamento da ANS; rescisão contratual.
38. Gatilho: Proposta de reajuste.
39. Evidência Documental: Nota técnica; parecer de análise do CREMERS.
40. Cláusula/Seção do TR: 13. Reajuste.
41. Evento de Risco: Falha na proteção de dados pessoais (LGPD). Causa: Vazamento de dados; acesso indevido; falha de segurança da informação.
42. Probabilidade: M
43. Impacto: A
44. Detentor do Risco: CONTRATADA
45. Controles Preventivos: Cláusulas contratuais de LGPD; exigência de DPO; medidas de segurança; comunicação de incidentes.
46. Plano de Resposta: Notificação; multa; rescisão; acionamento da ANPD; responsabilização civil.
47. Gatilho: Incidente de segurança; auditoria.
48. Evidência Documental: Relatório de incidente; comprovante de comunicação.
49. Cláusula/Seção do TR: 10. Medidas de Segurança e Proteção de Dados (LGPD).
50. Evento de Risco: Atraso na implantação dos planos. Causa: Problemas operacionais da operadora; falha na comunicação.
51. Probabilidade: B
52. Impacto: M
53. Detentor do Risco: CONTRATADA
54. Controles Preventivos: Prazo de implantação no TR; SLA de implantação.
55. Plano de Resposta: Notificação; multa por atraso.
56. Gatilho: Não cumprimento do prazo.
57. Evidência Documental: Relatório de implantação; comunicação de atraso.
58. Cláusula/Seção do TR: 4.3.4. Implantação; 9.2. Níveis de Serviço.
59. Evento de Risco: Insatisfação dos beneficiários com o atendimento. Causa: Demora no atendimento; dificuldade de acesso à rede; problemas de autorização.
60. Probabilidade: A
61. Impacto: M
62. Detentor do Risco: CONTRATADA
63. Controles Preventivos: SLAs de atendimento (call center, autorização); canais de ouvidoria; pesquisas de satisfação.
64. Plano de Resposta: Notificação; multa; reuniões de alinhamento; plano de melhoria.
65. Gatilho: Alto volume de reclamações; NIPs.
66. Evidência Documental: Relatórios de NIPs; pesquisas de satisfação.
67. Cláusula/Seção do TR: 9.2. Níveis de Serviço.
68. Evento de Risco: Falha na comunicação entre CREMERS e CONTRATADA. Causa: Falta de canais de comunicação; troca de pessoal; processos ineficientes.
69. Probabilidade: M

70. Impacto: B
71. Detentor do Risco: COMPARTILHADO
72. Controles Preventivos: Designação de Gestor e Fiscais; reuniões periódicas; canais de comunicação definidos.
73. Plano de Resposta: Reunião de alinhamento; formalização de comunicação.
74. Gatilho: Dificuldade na resolução de problemas.
75. Evidência Documental: Atas de reunião; registros de comunicação.
76. Cláusula/Seção do TR: 11. Gestão e Fiscalização.
77. Evento de Risco: Judicialização de demandas por beneficiários. Causa: Negativa de cobertura; demora no atendimento; insatisfação.
78. Probabilidade: M
79. Impacto: M
80. Detentor do Risco: CONTRATADA
81. Controles Preventivos: Cumprimento rigoroso do Rol da ANS; SLAs; canais de ouvidoria.
82. Plano de Resposta: Acompanhamento dos processos; defesa da operadora; comunicação ao CREMERS.
83. Gatilho: Notificação judicial.
84. Evidência Documental: Notificações judiciais.
85. Cláusula/Seção do TR: 4.1.6. Rol de Procedimentos; 9.2. Níveis de Serviço.
86. Evento de Risco: Descredenciamento de prestadores importantes da rede. Causa: Desacordo comercial; problemas de qualidade do prestador.
87. Probabilidade: M
88. Impacto: M
89. Detentor do Risco: CONTRATADA
90. Controles Preventivos: Cláusula de comunicação prévia de alteração de rede; exigência de manutenção da qualidade e abrangência.
91. Plano de Resposta: Exigir substituição por prestador equivalente; multa.
92. Gatilho: Comunicação de descredenciamento.
93. Evidência Documental: Comunicação da operadora; relatórios de rede.
94. Cláusula/Seção do TR: 9.4. Alteração da Rede Credenciada.
95. Evento de Risco: Falha no controle da base de vidas (inclusão/exclusão). Causa: Erro de comunicação entre CREMERS e operadora; falha nos sistemas.
96. Probabilidade: M
97. Impacto: B
98. Detentor do Risco: COMPARTILHADO
99. Controles Preventivos: Processo formal de inclusão/exclusão; validação mensal da base de vidas.
100. Plano de Resposta: Ajuste de faturamento; correção da base.
101. Gatilho: Divergência na base de vidas.
102. Evidência Documental: Relatórios de base de vidas; comunicação de divergência.
103. Cláusula/Seção do TR: 9.1. Medição e Pagamento.
104. Evento de Risco: Inadimplência da CONTRATADA com a rede credenciada. Causa: Problemas financeiros da operadora; má gestão.
105. Probabilidade: B
106. Impacto: A
107. Detentor do Risco: CONTRATADA
108. Controles Preventivos: Exigência de garantia contratual; monitoramento da ANS; análise de saúde financeira na habilitação.
109. Plano de Resposta: Acionamento da garantia; acionamento da ANS; rescisão.

110. Gatilho: Reclamações de prestadores; notícias de mercado.
111. Evidência Documental: Relatórios da ANS; comunicação de prestadores.
112. Cláusula/Seção do TR: 14. Garantia de Execução Contratual.
113. Evento de Risco: Fraude na utilização dos planos. Causa: Uso indevido por beneficiários; conluio com prestadores.
114. Probabilidade: M
115. Impacto: M
116. Detentor do Risco: CONTRATADA
117. Controles Preventivos: Sistemas de detecção de fraude da operadora; auditorias de utilização.
118. Plano de Resposta: Investigação; bloqueio de acesso; comunicação às autoridades.
119. Gatilho: Indícios de fraude.
120. Evidência Documental: Relatórios de auditoria; comunicação de fraude.
121. Cláusula/Seção do TR: 9.1. Medição e Pagamento (controle de utilização).
122. Evento de Risco: Falha no processo de reembolso. Causa: Demora na análise; erro de cálculo; burocracia excessiva.
123. Probabilidade: M
124. Impacto: B
125. Detentor do Risco: CONTRATADA
126. Controles Preventivos: SLA de prazo de reembolso; portal/aplicativo para acompanhamento.
127. Plano de Resposta: Notificação; multa; reunião de alinhamento.
128. Gatilho: Reclamações de beneficiários; NIPs.
129. Evidência Documental: Relatórios de reembolso; NIPs.
130. Cláusula/Seção do TR: 9.2. Níveis de Serviço.
131. Evento de Risco: Dificuldade na adesão de dependentes. Causa: Processo burocrático; falta de informação.
132. Probabilidade: B
133. Impacto: B
134. Detentor do Risco: COMPARTILHADO
135. Controles Preventivos: Comunicação clara dos procedimentos; suporte da operadora.
136. Plano de Resposta: Simplificação do processo; reforço da comunicação.
137. Gatilho: Baixa adesão de dependentes; reclamações.
138. Evidência Documental: Relatórios de adesão.
139. Cláusula/Seção do TR: 4.1.2. Dependentes.
140. Evento de Risco: Falha na aplicação das regras de coparticipação. Causa: Erro de sistema; desconhecimento dos prestadores.
141. Probabilidade: M
142. Impacto: B
143. Detentor do Risco: CONTRATADA
144. Controles Preventivos: Cláusulas contratuais claras; fiscalização.
145. Plano de Resposta: Notificação; estorno de valores; multa.
146. Gatilho: Reclamações de beneficiários.
147. Evidência Documental: Relatórios de utilização; NIPs.
148. Cláusula/Seção do TR: 4.1.8. Coparticipação; 4.2.5. Coparticipação.
149. Evento de Risco: Alteração regulatória da ANS que impacte o contrato. Causa: Novas resoluções normativas; mudanças na legislação.
150. Probabilidade: M
151. Impacto: M

- 152. Detentor do Risco: COMPARTILHADO
- 153. Controles Preventivos: Cláusula de adequação automática ao Rol da ANS; cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro.
- 154. Plano de Resposta: Análise de impacto; aditivo contratual; reequilíbrio.
- 155. Gatilho: Publicação de nova norma.
- 156. Evidência Documental: Publicação da ANS; parecer jurídico.
- 157. Cláusula/Seção do TR: 4.1.6. Rol de Procedimentos; 13. Reajuste e Reequilíbrio.
- 158. Evento de Risco: Falha na prestação de contas e relatórios. Causa: Desorganização da operadora; falta de sistemas.
- 159. Probabilidade: B
- 160. Impacto: B
- 161. Detentor do Risco: CONTRATADA
- 162. Controles Preventivos: Exigência de relatórios periódicos no TR; SLAs de entrega.
- 163. Plano de Resposta: Notificação; multa.
- 164. Gatilho: Não entrega ou entrega incompleta de relatórios.
- 165. Evidência Documental: Relatórios de fiscalização.
- 166. Cláusula/Seção do TR: 4.3.3. Relatórios; 9.2. Níveis de Serviço.
- 167. Evento de Risco: Problemas na transição entre contratos (operadora antiga/nova). Causa: Falha de comunicação; atraso na emissão de carteirinhas; problemas de portabilidade.
- 168. Probabilidade: M
- 169. Impacto: M
- 170. Detentor do Risco: COMPARTILHADO
- 171. Controles Preventivos: Plano de transição detalhado; comunicação clara aos beneficiários; acompanhamento da fiscalização.
- 172. Plano de Resposta: Reuniões de alinhamento; suporte aos beneficiários; aplicação de sanções.
- 173. Gatilho: Reclamações de beneficiários na transição.
- 174. Evidência Documental: Plano de transição; registros de reclamações.
- 175. Cláusula/Seção do TR: 4.3.4. Implantação.
- 176. Evento de Risco: Falha na garantia de execução contratual. Causa: Não apresentação da garantia; garantia insuficiente; garantia vencida.
- 177. Probabilidade: B
- 178. Impacto: A
- 179. Detentor do Risco: CONTRATADA
- 180. Controles Preventivos: Exigência de garantia no TR; fiscalização do prazo e valor.
- 181. Plano de Resposta: Notificação; aplicação de sanções; rescisão.
- 182. Gatilho: Não apresentação ou irregularidade da garantia.
- 183. Evidência Documental: Comprovante de garantia; notificação.
- 184. Cláusula/Seção do TR: 14. Garantia de Execução Contratual.

5. CONCLUSÃO

5.1. Esta Matriz de Riscos da Contratação fornece uma visão abrangente dos riscos associados à contratação e execução dos serviços de planos de saúde e odontológicos, bem como as estratégias para mitigá-los.

5.2. A implementação dos controles preventivos e planos de resposta propostos contribuirá significativamente para o sucesso da contratação e a proteção dos interesses do CREMERS.

CHECKLIST DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Contratação de Plano de Assistência à Saúde Médica e Plano de Assistência Odontológica

Porto Alegre, 3/5/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento estabelece o roteiro de fiscalização para o contrato de prestação de serviços de assistência à saúde médica e odontológica. A fiscalização fundamenta-se na necessidade de assegurar que a Operadora contratada mantenha a qualidade assistencial, a higidez financeira e o cumprimento rigoroso das normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

2. OBJETIVO

2.1. Padronizar a conferência das obrigações contratuais, permitindo ao gestor identificar precocemente riscos operacionais, falhas na rede credenciada ou inconsistências financeiras, garantindo assim a continuidade e a excelência do atendimento aos beneficiários.

3. METODOLOGIA

3.1. A fiscalização será executada de forma contínua através das seguintes etapas:

- **Análise Documental:** Conferência mensal de relatórios de utilização, notas técnicas atuariais e comprovantes de garantia.
- **Monitoramento de Performance:** Verificação do cumprimento dos Níveis de Serviço (SLAs) e dos prazos de autorização/reembolso.
- **Registro e Sanção:** Aplicação do checklist estruturado com posterior emissão de notificações ou pareceres técnicos em caso de desconformidade.

4. CHECKLIST DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Apresenta-se a seguir modelo de checklist de fiscalização de contrato.

Legenda:

- **C:** Conforme
- **NC:** Não Conforme
- **NA:** Não Aplicável

Grupo	Item de Controle	Pergunta de Verificação	Status (C/NC/NA)
1. Implantação	Cronograma	A operadora respeitou o prazo de implantação dos planos?	
	Transição	O plano de transição ocorreu sem interrupção de serviços?	

	Carteirinhas	Os beneficiários receberam os cartões no prazo acordado?	
2. Rede e Qualidade	Disponibilidade	A rede mínima exigida está ativa e disponível?	
	Substituição	Descredenciamentos foram comunicados e substituídos à altura?	
	SLAs	Tempos de espera e autorizações estão dentro do limite?	
	Reembolsos	Os reembolsos são processados no prazo regulamentar?	
3. Legal e ANS	Rol da ANS	Há cobertura integral do Rol e suas atualizações?	
	Judicialização	Defesas foram apresentadas em casos de negativa de cobertura?	
	LGPD	Há DPO e evidências de segurança de dados pessoais?	
4. Gestão e Finanças	Base de Vidas	A base de beneficiários foi validada mensalmente?	
	Coparticipação	As regras de cobrança seguem as cláusulas contratuais?	
	Relatórios	Foram entregues os relatórios de utilização e fiscalização?	
	Saúde Financeira	Há indícios de inadimplência da operadora com a rede?	
5. Reajustes	Transparência	A proposta de reajuste veio com Nota Técnica Atuarial?	
	Normativa	O reajuste segue as regras da RN 565/2022 da ANS?	
	Regulação	Houve adequação a novas normas da ANS (se houver)?	
6. Relacionamento	Comunicação	Os canais entre CREMERS e Operadora funcionam bem?	
	NIPs	Todas as notificações da ANS foram solucionadas?	

ANEXO III - LISTA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS

LISTA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS

1. Acupuntura	31. Medicina de Tráfego
2. Alergia e Imunologia	32. Medicina Esportiva
3. Anestesiologia	33. Medicina Física e Reabilitação
4. Angiologia	34. Medicina Intensiva
5. Cancerologia	35. Medicina Legal e Perícia Médica
6. Cardiologia	36. Medicina Nuclear
7. Cirurgia Cardiovascular	37. Medicina Preventiva e Social
8. Cirurgia da Mão	38. Nefrologia
9. Cirurgia de Cabeça e Pescoço	39. Neurocirurgia
10. Cirurgia do Aparelho Digestivo	40. Neurologia
11. Cirurgia Geral	41. Nutrologia
12. Cirurgia Pediátrica	42. Oftalmologia
13. Cirurgia Plástica	43. Ortopedia e Traumatologia
14. Cirurgia Torácica	44. Otorrinolaringologia
15. Cirurgia Vascular	45. Patologia
16. Clínica Médica	46. Patologia Clínica/Medicina Laboratorial
17. Coloproctologia	47. Pediatria
18 -Dermatologia	48. Pneumologia
19. Endocrinologia e Metabologia	49. Psiquiatria
20. Endoscopia	50. Radiologia e Diagnóstico por Imagem
21. Gastroenterologia	51. Radioterapia
22. Genética Médica	52. Reumatologia
23. Geriatria	53. Urologia
24. Ginecologia e Obstetrícia	54. Diagnóstico por Imagem - atuação exclusiva em Radiologia Intervencionista e Angiorradiologia
25. Hematologia e Hemoterapia	55. Diagnóstico por Imagem –atuação exclusiva em Ultrassonografia Geral
26. Homeopatia	
27. Infectologia	
28. Mastologia	
29. Medicina de Família e Comunidade	
30. Medicina do Trabalho	

Porto Alegre, 07 de maio de 2026
Porto Alegre, 13 de maio de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Suelen Soares Fernandes**, **Assistente Administrativa**, em 13/05/2026, às 11:04, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **4220267** e o código CRC **B01D43EA**.



Av. Princesa Isabel, 921 - Bairro Bairro
Santana |
CEP 90620-001 | Porto Alegre/RS -
<https://cremers.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.21.000007279-8 | data de inclusão: 13/05/2026

ANEXO II - MINUTA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

Pregão Eletrônico nº 5/2026
Processo Administrativo nº 88/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
PRE XX/XXX, QUE FAZEM ENTRE SI
O CREMERS E XXXX.

O **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREMERS)**, com sede na Av. Princesa Isabel, 921, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrito no CNPJ sob o n.º 91.335.315/0001-45, neste ato representado pelo seu Presidente, **DR. XXXXXXXX**, doravante denominado **CONTRATANTE** e o(a) XXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX sediado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXX, na Cidade de XXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por XXXXXXXXXXXX, conforme ato constitutivo da empresa OU procuração, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº XXXXX/2026 e em observância às disposições Lei nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços comum de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX para o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição
XX	XXXX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, com início em DD/MM/AAAA e término em DD/MM/AAAA, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item deverá ser promovida mediante termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$.....(), perfazendo o valor total de R\$.....().

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de sessenta dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.



- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de sessenta dias
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer



ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições

perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não

mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão

do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CREMERS desde exercício na dotação abaixo discriminada:
XX.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Porto Alegre/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Porto Alegre, XX de XXXXX de 2026.

Dr. XXXXXXXXXXXXX

Presidente

Conselho Regional de Medicina do

Estado do Rio Grande do Sul

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA